

## HEGEL E “O REINO DAS SOMBRAS”: HENRI LEFEBVRE E O ESTADO

### HEGELIANO

Keidy Narely Costa Matias<sup>1</sup>

153

#### Resumo

Friedrich Hegel (1770-1831), Karl Marx (1818-1883) e Friedrich Nietzsche (1844-1900) formam a gênese inspiradora do pensamento do filósofo francês Henri Lefebvre. Em toda a gigantesca obra lefebvriana, esses autores aparecem ora o inspirando a pensar em sua dialética, ora fomentando seu método regressivo-progressivo, ora auxiliando-o em sua teoria triádica da linguagem. Hegel é, para Lefebvre, o grande filósofo após os clássicos Platão e Aristóteles. Sua originalidade auxiliou no prolongamento de várias ideias, incluindo a do conceito de dialética, que ganha em Lefebvre um desenvolvimento original. No que tange ao conceito de Estado, não obstante reconhecer a genialidade hegeliana, o filósofo francês o critica, sobretudo, por sua teoria suplantando o *vivido* (ou prática espacial), responsável pelo direito da população a todas as esferas do saber e do poder, haja vista ser no *vivido* que se escapa da alienação. Lefebvre indica que Hegel oferece somente ao Estado o poder e o saber, algo que tolhe a liberdade social, sobretudo na conquista de seus direitos coletivos.

**Palavras-chave:** Crítica de Henri Lefebvre. Estado hegeliano. Dialética.

#### Abstract

Friedrich Hegel (1770-1831), Karl Marx (1818-1883) and Friedrich Nietzsche (1844-1900) form the genesis inspiring the thinking of the French philosopher Henri Lefebvre. Throughout the gigantic Lefebvrian work, these authors appear to inspire them to think of their dialectic, and to foster their regressive-progressive method, sometimes aiding it in their triadic theory of language. Hegel is, for Lefebvre, the great philosopher after the classics Plato and Aristotle. Its originality assisted in the extension of several ideas, including that of the concept of dialectic, which receives from Lefebvre an original development. In relation to the concept of State, despite recognizing Hegel as a genius, the French philosopher criticizes it, above all, for his theory to supplant lived experience (or spatial practice), which is responsible for the right of the population to all spheres of knowledge and power. The lived, for Lefebvre, is a way of escaping alienation. Lefebvre says that Hegel offers only to the State the prerogatives of power and knowledge, something that blocks social freedom, especially in the conquest of their collective rights.

**Keywords:** Henri Lefebvre's Critique. Hegelian State. Dialectic.

#### 1. Introdução.

Neste texto, objetivamos discutir o entendimento de Henri Lefebvre (1901-1991) sobre a conceituação de Estado realizada por Friedrich Hegel. Interessa destacar

---

<sup>1</sup> Mestra em História pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN).

que a crítica à dialética, fulcral ao entendimento do Estado em Hegel, é a principal inspiração para o desenvolvimento da teoria triádica da dialética lefebvriana e, assim sendo, esse estudioso alemão é um dos intelectuais mais citados por Lefebvre ao longo de sua extensa obra, composta por 75 livros e mais de uma centena de artigos. Dada a natureza deste trabalho, utilizaremos, majoritariamente, a obra *Hegel, Marx, Nietzsche, ou le royaume des ombres*, publicada por Henri Lefebvre, em 1975. A tríade Hegel-Marx-Nietzsche, que intitula o livro, constitui-se como a maior influência de Henri Lefebvre: ora ele se porta como receptor, ora como demasiado crítico desses autores. Em resumo, nas obras de Henri Lefebvre, “o pensamento hegeliano se concentra no conceito de Estado; a reflexão marxista foca no social e na sociedade; o ideário nietzschiano volta-se à civilização e [aos] seus valores” (COSTA *et al.*, 2015, p. 215).

Antes de mais, interessa-nos esclarecer o que Lefebvre denomina como “reino das sombras”, subtítulo de sua obra sobre Hegel. Esse esclarecimento pode ser estabelecido na medida em que identificamos o modo lefebvriano de escrever, tendo em vista que, em sua escrita, é comum que o autor estabeleça um alter-ego que, por sua vez, coloca-se como seu entrevistador. Assim, Lefebvre se questiona em uma via e, *pari passu*, responde a si próprio na linha ou no parágrafo subsequentes. Trata-se de uma estratégia narrativa comumente utilizada pelo autor, e que aparece também no livro então estudado. É nesse sentido que Lefebvre (1988 [1975], p. 56) se acusa de ter uma “mania triádica”. Em outras palavras, ele se pergunta sobre o porquê de eleger três autores complementares e, aparentemente, contraditórios, para estabelecer a gênese do pensamento moderno. Afiançamos que Lefebvre interpreta essas contradições como oriundas dos pensamentos antidogmático e dialético, nele inspirados, respectivamente, por Immanuel Kant (1724-1804) e pelo próprio Hegel. Outrossim, o alter-ego de Lefebvre (1988 [1975], p. 56) o questiona: — “Por que só colocastes Hegel, Marx e Nietzsche não somente na entrada, mas sobre todos os outros [pensadores]?”. Prontamente, Lefebvre admoesta que qualquer um tem o direito de defender que “as sombras ou o reino das sombras só cessam com [Sigmund] Freud [1856-1939], [Martin] Heidegger [1889-1976], [Vladimir] Lênin [1870-1924], Mao Tsé-Tung [1893-1976], [Wilhelm] Reich [1897-1957], [ou Georges] Bataille [1897-1962] etc.”. Entretanto, não obstante defender que todos têm o direito de discordar de sua tríade, Lefebvre apresenta sua argumentação visando nos convencer que o mundo moderno tem em Hegel-Marx-

Nietzsche uma tríade fundamental e ideal. Assim, à luz da concepção lefebvriana, Hegel, Marx e Nietzsche são

três astros: uma constelação. Seu resplandecer, às vezes se sobrepõe e, noutras, oculta-se. Eclipsam um ao outro. Interferem-se. Sua luminosidade, na mesma proporção em que cresce, diminui. Crescem ou caem no horizonte; distanciam-se ou aproximam-se. Assim, um parece dominante; logo, outro, e, depois, outro (LEFEBVRE, 1988 [1975], p. 5).

Assim, “os três astros, ao eliminarem os planetas inferiores ou invisíveis, gravitam por cima deste mundo donde se agitam as sombras: nós” (LEFEBVRE, 1988 [1975], p. 69). “Nós”, incluindo Lefebvre, formamos o reino das sombras. Por sua vez, coube a Hegel, Marx e Nietzsche encontrarem os caminhos para uma moderna “fuga da caverna”<sup>2</sup>, ou seja, para fugir do reino das sombras.

Miticamente, da poesia homérica à *Divina Comédia*, o reino das sombras possuía entrada e saída, trajeto dirigido e poderes mediadores. Tinha portas, as de uma vila subterrânea, dominada pela Cidade terrestre e pela Cidade de Deus. Hoje, onde estão as Portas do reino das sombras? Onde está a saída? (LEFEBVRE, 1988 [1975], p. 69)

A porta de saída está em Hegel, Marx e Nietzsche e nos caminhos que eles nos oferecem para escapar da ausência de pensamento que nos consome e nos ameaça. Todavia, tendo em vista o escopo desse trabalho, doravante, não discorreremos mais sobre esses dois últimos autores, posto que, aqui, interessa-nos discutir sobre a fuga da caverna impetrada por Hegel, por meio de sua teoria do Estado. Dessa forma, convidamos o leitor a singrar no cerne desse artigo, pautado na concepção que Henri Lefebvre realizou da teoria do Estado de Hegel. Interessa destacar, que “o Estado [hegeliano] é a realidade da ideia moral [*sittliche Idee*], o espírito moral enquanto vontade revelada, clara para si mesma, substancial, que se pensa e se sabe e que executa o que sabe e enquanto o sabe” (WEIL, 2011, p. 53-54).

Henri Lefebvre (1988 [1975], p. 1) afirma que “o Estado moderno é hegeliano. Com efeito, Hegel elaborou e levou até suas últimas consequências a teoria política do Estado-nação. Afirmou a realidade e o valor supremos do Estado. O hegelianismo o assenta como o princípio, como a legítima ligação entre o saber e o poder”. Nesse sentido, Lefebvre defende que Hegel é o grande filósofo da modernidade. Sua obra “não se assemelha a dos clássicos Platão, Aristóteles, Descartes ou Kant”, pois na medida em

---

<sup>2</sup> Alusão à Alegoria da Caverna, de Platão (séc. V).

que esses construíram uma “arquitetura de conceitos”, Hegel se preocupou em construir uma metafilosofia; preocupou-se em decifrar a modernidade (LEFEBVRE, 1988 [1975], p. 5-6).

O Estado hegeliano “se situa no mais elevado dos níveis filosóficos [...]: o saber e a consciência, o conceito e o sujeito. [...] É uma coesão suprema, os resultados das lutas e das guerras, ou seja, das contradições históricas (dialéticas) (LEFEBVRE, 1988 [1975], p. 6)”. Assim, Lefebvre aponta o Estado hegeliano como um produto dos mais variados processos históricos; ele adverte que o Estado é um campo de contradições por excelência, donde “as contradições da sociedade civil engendram o Estado e a classe política” (LEFEBVRE, 1988 [1975], p. 10). Essas contradições são partes de um todo; elas revelam o Estado como uma totalidade coesa. Entretanto, não é somente em tom elogioso que Lefebvre discorre sobre o Estado na perspectiva dialética de Hegel. Aliás, em sua paradigmática obra, intitulada *A Produção do Espaço*, Lefebvre (1992 [1974], p. 406) afirma que a construção de sua dialética triádica é oriunda “de um confronto entre a mais poderosa das ‘sínteses’ — a de Hegel — e sua crítica radical; esta crítica está enraizada, por um lado, na prática social (Marx) e, por outro lado, na arte, na poesia, na música e no teatro (Nietzsche) — e enraizada, também, em ambos os casos, no corpo (material). Onde reside, então, o cerne dessa crítica?

## 2. A crítica de Henri Lefebvre ao Estado hegeliano.

Eric Weil (2011, p. 54), ao refletir sobre o Estado hegeliano, afirma que

o Estado, enquanto realidade da vontade substancial, realidade que ele possui na consciência particular elevada à sua universalidade, é o racional em e para si. Esta unidade substancial é fim em si (*Selbstzweck*) absoluto e imóvel, (fim) no qual a liberdade atinge seu direito mais elevado, da mesma maneira que esse fim último (*Endzweck*) possui o direito mais elevado com respeito aos indivíduos, cujo dever supremo é ser membros do Estado.

Henri Lefebvre, por sua vez, interpreta o Estado hegeliano como um “devir fechado”, conforme definiu Schmid (2012, p. 94). Isso ocorre porque Lefebvre não acredita que a dialética hegeliana seja “aplicada à realidade”, pelo menos em seu aspecto mais criativo. Além disso, Lefebvre acredita que “Hegel para o fluxo do tempo”, algo que “impede a liberação do homem” (SCHMID, 2012, p. 94). Para entendermos essa crítica, faz-se fundamental retomarmos a discussão sobre o Estado

hegeliano proposta por Lefebvre em sua obra. O aspecto central da crítica lefebvriana se assenta nos conceitos de poder e de saber, conforme pensados por Hegel, tendo em vista que esses conceitos são utilizados pelo Estado como formas de controle da sociedade.

Hegel descreve com detalhes o movimento de unificação ‘saber-poder’, insistindo na dominação do poder sobre o saber. [...] Este movimento ocorre de dentro para fora, do centro para a periferia. Mas existe também o movimento inverso: **o saber exige sua participação, sua integração nos mecanismos e nos aparatos do poder** (LEFEBVRE, 1988 [1975], p. 122; grifo nosso).

Um dos exemplos citados por Lefebvre sobre essa problemática é relativo à educação das crianças. O que Lefebvre defende e que Hegel não o faz é a “liberação do vivido”. Assim, o Estado hegeliano exerce um “controle político sobre o conhecimento e a cultura, assim como sobre a educação e a instrução” (LEFEBVRE, 1988 [1975], p. 123). Essa crítica incide diretamente no conceito de universal imediato, pautado na **família**.

De modo indiscutivelmente genial, Hegel capta e prevê as possibilidades ameaçadoras de uma liberação do vivido, ou seja, do corpo. As crianças têm o direito à educação. [...] Se alguma pedagogia considera o elemento infantil como portador de algum valor — por exemplo, o jogo — deixa de ser séria. As crianças são mostradas como seres maduros, mas em sua imaturidade, com a qual caem em contradição. Tendem a se satisfazer eles próprios, algo que os empurra à alienação. As crianças não respeitarão [essa pedagogia], porque ela lhes comunica sobre o desprezo dos adultos (LEFEBVRE, 1988 [1975], p. 98).

No que tange à **sociedade civil**, ou universal comum, Lefebvre (1988 [1975], p. 2) critica o que denomina de “caráter conservador e, inclusive, contrarrevolucionário (qualquer que seja a ideologia oficial, incluindo a ‘revolucionária’). A partir deste enfoque, o Estado subordina o que Hegel chama de ‘sociedade civil’”.

É difícil negar que o Estado, um pouco em todas as partes, não se tenha apoderado ou tentado apoderar-se, por um lado, de todo o espaço para controlá-lo e, por outro lado, do saber para utilizá-lo como um meio de gestão e como um meio de integração controlada das partes e dos elementos do conjunto político (LEFEBVRE, 1988 [1975], p. 104-105).

Nesse sentido, podemos afirmar que a crítica de Lefebvre à teoria do Estado de Hegel ocorre na medida em que o Estado toma para si o duplo saber-poder como

uma das formas de controlar o vivido, ou seja, a vida cotidiana. No entanto, na medida em que o número de Estados-nações no mundo moderno é quase sempre crescente, muitas vezes, o Estado serve apenas para esconder realidades capitalistas (LEFEBVRE, 1988 [1975]). Esse cenário contribui para a dificuldade em se “dizer se o Estado moderno se ajusta ao protótipo hegeliano ou se deste se difere”. Assim sendo, Lefebvre não tem dúvidas sobre o pioneirismo de Hegel e, em nenhum momento, contesta sua originalidade, mas esse pensador francês defende que os mecanismos que o Estado hegeliano tem para se afirmar serão, justamente, os mesmos que contribuirão para sua derrocada, ou seja, o controle do duplo saber-poder. Nesse sentido, Lefebvre (1988 [1975], p. 123) acredita que “a fetichização hegeliana do conceito o coloca em um núcleo inalterado do saber, no centro do poder prático e, portanto, de opressão e de violência (justificada pelo saber: os conceitos combatem porque os homens de carne e osso combatem servindo-se deles)”.

Asseveramos que a crítica lefebviana ao conceito de Estado hegeliano e sua suposta não possibilidade de aplicação social ocorre porque Hegel opõe o *vivido* ao *concebido*, algo que inibe a criatividade e a autonomia sociais consoante são controladas pelo Estado. Interessa destacar que o *vivido*, o *concebido* e o *percebido* são três categorias criadas por Lefebvre e que formam sua dialética da tríade. Assim, “o *espaço vivido* é aquele onde as transformações, os conflitos e as revoluções acontecem; onde se pratica e se nega o percebido. Em outras palavras, na cotidianidade do espaço vivido é que as pessoas podem ou não adotar certas práticas. É neste sentido que negar se submeter aos efeitos de uma propaganda e fugir de determinadas tentativas de normatividade são exemplos de como — até pela negação — o percebido influi no concebido” (MATIAS, 2016, p. 163).

À guisa de conclusão, o controle do espaço vivido, ou seja, o da cotidianidade e onde as práticas criativas acontecem, porta-se como um dos principais problemas do conceito de Estado hegeliano, na interpretação de Lefebvre. Na medida em que o Estado almeja controlar o saber por meio do poder e o poder por meio do saber, ele inibe a criatividade e ameaça a autonomia das pessoas. Nesse sentido, não é exagerado afirmar que a interpretação de Lefebvre é oposta à de Eric Weil que, por sua vez, defende a verve daquilo que Lefebvre (1988 [1975], p. 123) denominou de “fetichização hegeliana” do Estado. Assim, Lefebvre pensa que a defesa que Hegel realiza do Estado,

colocando-o como algo a ser preservado a todo custo, não pode se sustentar para sempre, pois no auge dessa defesa, ocorrerá sua derrocada.

Lefebvre não enxerga a “sociedade civil” de Hegel como uma corporação capaz de conquistar seus anseios, mas sim como algo que, na medida em que está subjugada ao Estado, pode incorrer no movimento contrário e, assim, perder direitos. Essa crítica de Lefebvre não contempla o conceito hegeliano de vontade subjetiva, definitivamente, a crítica lefebvriana não requer que o Estado se permita ser controlado por vontades subjetivas. O que Lefebvre, categoricamente, defende é o fato de que se o Estado controlar a família e a sociedade civil — isso por meio do duplo saber-poder—, ele, o Estado, fará com que as classes que lhe formam rumem à alienação. Em outras palavras, Lefebvre acredita que o Estado hegeliano tolhe a criatividade — leia-se *criatividade* em sentido amplo. Dessa forma, se Hegel acredita na defesa total do Estado em detrimento de quaisquer outros modelos, Lefebvre afirma que essa defesa é o que fará com que o Estado tenha um fim, pois a população se tornará alienada em decorrência do controle estatal. Tudo isso não deixa também de ser o resultado de um processo dialético, posto que “o que pertence à história [...] existiu e pode, pois, existir” (HEGEL, PhD, § 212 *apud* WEIL, 2011, p. 36).

## REFERÊNCIAS

COSTA, Everaldo Batista da; LIMA, Luana Nunes Martins de; OLIVEIRA, Rafael Fabrício de; RÚBIO, Rúbia de Paula; PANTOJA, Wallace Rodrigues. O mundo moderno em Hegel, Marx e Nietzsche à luz de Henri Lefebvre: crítica espacial. **Cenário**, Brasília, V.3, n.5, 213-235, dez. 2015.

LEFEBVRE, Henri. **Hegel, Marx, Nietzsche, ou le royaume des ombres**. Madrid: Siglo Veintiuno, 1988, [1975].

LEFEBVRE, Henri. **The Production of Space**. New Jersey: Wiley-Blackwell, 1992 [1975].

MATIAS, Keidy Narely Costa. Henri Lefebvre e a dialética da tríade: considerações sobre a produção social do espaço. **NORUS – Novos Rumos Sociológicos**, v. 4, n. 6, jul – dez. 2016.

SCHMID, Christian. A Teoria da Produção do Espaço de Henri Lefebvre: em direção a uma Dialética Tridimensional. **GEOUSP – espaço e tempo**, São Paulo, N°32, p. 89-109, 2012.

**Matias, dezembro, 2019**

WEIL, Eric. **Hegel e o Estado - Cinco conferências seguidas de Marx e a Filosofia do Direito**. São Paulo: É Realizações, 2011.